

Pedro Henrique Nogueira

**NEGÓCIOS
JURÍDICOS
PROCESSUAIS**

4.^a edição
revista, atualizada
e ampliada

2020



www.editorajuspodivm.com.br

1169545

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

N778n Nogueira, Pedro Henrique.
Negócios jurídicos processuais / Pedro Henrique Nogueira – 4. ed. Rev., ampl e atual. –
Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.
368 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3369-6.

1. Direito processual. 2. Direito processual civil. 3. Negócios jurídicos processuais. I.
Nogueira, Pedro Henrique. II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	23
INTRODUÇÃO.....	25

Capítulo I

O FATO JURÍDICO NO PLANO DA TEORIA GERAL DO DIREITO	29
1. Considerações iniciais	29
2. Sobre o sentido da expressão “fato jurídico”	31
3. Variações doutrinárias em torno da noção de fato jurídico.....	32
4. A teoria de Pontes de Miranda	34
5. Análise conclusiva.....	37
6. Tipologia dos fatos jurídicos.....	40
7. Os elementos do suporte fático e os reflexos no ingresso e passagem do fato jurídico nos planos do mundo jurídico.....	41

Capítulo II

OS FATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	43
1. A teoria do fato jurídico e a Teoria Geral do Direito Processual.....	43
2. Conceito de ato (fato) jurídico processual.....	47
2.1. Concepção de Chiovenda.....	48
2.2. Concepção de Liebman.....	50
2.3. Concepção de Satta	52
2.4. Concepção de Calmon de Passos.....	52
2.5. Concepção de Paula Costa e Silva.....	54

2.6. Os atos jurídicos não procedimentais que produzem efeitos no processo. Concepção de Fredie Didier Jr. e Paula Sarno Braga	56
2.7. A definição legislativa de “ato processual” e sua insuficiência.....	57
2.8. Avaliação conclusiva sobre as diferentes concepções	59
2.9. Proposta de conceituação dos fatos jurídicos (<i>lato sensu</i>) processuais....	67
2.9.1. Crítica à ideia da divisão entre eficácia imediata ou mediata como dado relevante para indicar a “processualidade” do fato.	69
2.9.2. O núcleo do suporte fático do fato jurídico (<i>lato sensu</i>) processual.....	73
3. Fatos processuais e situações jurídicas processuais.....	75
4. Um breve regresso a Goldschmidt.....	75
5. Das situações jurídicas às situações jurídicas processuais. Proposta de tipologia.....	78
5.1. Situações jurídicas processuais não relacionais.....	82
5.2. Relações jurídicas processuais.....	87
5.2.1. Objeção de Goldschmidt à noção de relação jurídica processual.....	88
5.2.2. O processo como procedimento em contraditório. Crítica de Fazzalari ao conceito de Bülow.....	90
5.2.3. Objeções de Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero ao conceito tradicional de relação jurídica processual.....	91
5.2.4. Avaliação conclusiva.....	92

Capítulo III

TIPOLOGIA DOS FATOS PROCESSUAIS	101
1. A importância de classificar os fatos jurídicos processuais.....	101
2. Classificação “subjettiva” dos fatos processuais	102
3. Classificação proposta por Goldschmidt	104
4. Classificação proposta por Carnelutti	106
4.1. Classificação técnica dos atos processuais	106
4.2. Classificação jurídica dos atos processuais.....	109
4.2.1. Classificação conforme os efeitos dos atos processuais.....	110
4.2.2. Classificação conforme a finalidade dos atos processuais	111
4.2.3. Classificação conforme a estrutura dos atos processuais	113
4.3. Quadro sintético.....	115

5. Outras classificações. A Classificação tradicionalmente adotada pela doutrina brasileira	116
6. Classificação dos fatos processuais segundo os elementos nucleares do suporte fático da norma jurídica processual. Critério adotado por Fredie Didier Jr. e Paula Sarno Braga.....	119
7. Balanço conclusivo das diferentes classificações.....	121
8. Aproximação conceitual dos diferentes tipos de fatos jurídicos <i>lato sensu</i> processuais.....	128
8.1. Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i> processuais	129
8.2. Atos-fatos jurídicos processuais	132
8.3. Atos jurídicos <i>stricto sensu</i> processuais	136
8.4. Negócios jurídicos processuais	137

Capítulo IV

OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS.....	139
1. O negócio jurídico na Teoria Geral do Direito	139
2. Algumas concepções em torno do conceito de negócio jurídico	140
2.1. Teorias “subjetivas”. O “dogma da vontade” nos atos negociais	142
2.2. Teoria “preceptiva”. O negócio jurídico como norma jurídica.....	146
2.3. O negócio jurídico como ato de autonomia privada. Teoria da autorregulação de interesses.....	149
2.4. Crítica. Distinção entre ato jurídico <i>stricto sensu</i> e negócio jurídico	151
3. O autorregramento da vontade	155
4. Autonomia da vontade, autonomia privada ou autorregramento da vontade?	157
5. Negócio jurídico processual. Primeira aproximação.....	158
5.1. Breve notícia histórica	159
5.2. Algumas objeções ao negócio jurídico processual	162
5.3. A aceitação doutrinária.....	166
5.3.1. O negócio processual segundo a doutrina estrangeira.....	166
5.3.2. O negócio processual na doutrina brasileira.....	171
6. Justificação do conceito de negócio jurídico processual na atualidade	174
7. Os limites do autorregramento da vontade no processo e o formalismo processual	183
8. O regime jurídico aplicável aos negócios processuais.....	187

9. O sujeito do negócio processual.....	196
10. Enunciado e negócio jurídico processual.....	198
11. Tipologia dos negócios processuais.....	200
12. O negócio jurídico processual nos planos da existência, validade e eficácia.	203
12.1. Plano da existência.....	206
12.2. Plano da validade.....	208
12.3. Plano da eficácia.....	209

Capítulo V

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS JUDICIAIS.....	215
1. Esclarecimento inicial.....	215
2. Jurisdição e criação judicial.....	216
3. Decisão judicial e interpretação.....	219
3.1. Breve nota sobre a discricionariedade judicial.....	222
3.2. Interpretação e limites textuais para a atuação criativa do juiz.....	225
4. Entre o enunciado e o fato jurídico. A sentença (decisão) como ato jurídico <i>stricto sensu</i> , ato-fato jurídico e negócio jurídico processual.....	230
4.1. A sentença como ato-fato jurídico. A eficácia jurídica dos precedentes.....	231
4.2. A decisão judicial como ato jurídico <i>stricto sensu</i>	236
5. Negócios jurídicos processuais e “provimentos”.....	237
6. A decisão judicial como negócio processual.....	241
7. Negócios processuais, decisões condicionais e decisões sujeitas a termo.....	245
8. Casuística do negócio jurídico processual judicial. Análise concreta do poder geral de efetivação.....	249

Capítulo VI

NEGÓCIOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	259
1. Consideração inicial.....	259
2. A norma fundamental de respeito ao autorregramento da vontade no processo.....	260
3. A cláusula geral de negociação sobre o processo.....	263
3.1. Acordos sobre o procedimento.....	264

3.2. Negócios sobre ônus, faculdades e deveres processuais	267
4. Vinculação do juiz aos negócios processuais	267
5. Momento para celebração dos negócios jurídicos sobre o processo	270
6. Controle da validade dos negócios processuais das partes.....	271
7. Controle da validade dos negócios processuais atípicos.....	271
7.1. Direitos que admitam autocomposição	273
7.2. Partes plenamente capazes.....	276
7.3. Manifesta situação de vulnerabilidade	279
7.4. Inserção de convenções sobre o processo em contratos de adesão	282
7.5. Limites objetivos ao exercício do poder de autorregramento processual: a licitude, determinação e possibilidade do objeto.....	284
8. Revogação do negócio jurídico processual	287
9. Resilição dos negócios jurídicos processuais	288
10. Alegação de descumprimento do negócio jurídico processual.....	290
11. Negócios jurídicos processuais e terceiros.....	292
12. Interpretação dos negócios jurídicos processuais.....	296
13. As omissões negociais	299
14. Negócios jurídicos processuais “coletivos”	300
15. Casuística do Negócio Jurídico Processual.....	304
15.1. Calendário processual	305
15.2. Acordo sobre prazos processuais.....	307
15.3. Pacto de não recorrer	309
15.4. Negócios jurídicos processuais na execução	311
15.4.1. Acordos sobre a (im)penhorabilidade	311
15.4.2. Acordos para abreviar a execução.....	312
15.4.3. Acordos para evitar constrições judiciais ou para afastar medidas coercitivas	314
15.5. Outros negócios jurídicos processuais.....	316
CONCLUSÃO.....	321
REFERÊNCIAS	325